

Duzentos anos de imprensa e a busca do tempo perdido

Narciso Lobo*

Recentemente, o *Jornal do Comércio*, de Manaus, fundado em 1904, buscando avaliar os seus quase 100 anos de existência, programou uma edição em que se perguntava, basicamente, o que mudou no jornalismo praticado do início do século XX até nossa época. Durante muito tempo, na maior parte do Brasil, a consciência sobre a importância da preservação de documentos, ou mesmo de prédios públicos, foi sempre relegada a segundo plano, razão porque, em apenas 500 anos, a maior parte do que se construiu acabou também se perdendo, ora em nome de uma concepção de progresso que precisava demolir e substituir o que existia, ora por puro descaso e ignorância. Isso para não se falar do pouco caso para com a tradição indígena, cujos sítios arqueológicos, na periferia de Manaus, são aplainados por tratores para no seu local serem construídos conjuntos residenciais.

O próprio *Jornal do Comércio*, que na maior parte de sua existência pertenceu aos Diários Associados, depois de vendido e com a transferência de sua sede do centro para um bairro de Manaus, teve a maior parte de suas coleções perdidas na década de 1970, quando o delírio de uma Zona Franca “modernizante” considerava “atraso” conservar papéis velhos ou olhar um pouco para trás. O mesmo aconteceu com o acervo de *O Jornal* e *Diário da Tarde*, fundados em 1930 para darem suporte político à Revolução de Vargas. Com a bancarrota da Empresa Archer Pinto, proprietária destes dois veículos, na mesma época, suas coleções foram colocadas na calçada em frente ao prédio, para serem levadas pelo caminhão coletor de lixo e uma ou outra coisa se salvou por conta de algum transeunte mais sensível que, ao passar pela importante Avenida de Eduardo Ribeiro, resolvia levar como lembrança um ou outro caderno debaixo dos braços, obedecendo, é claro, o limite de peso que um cidadão pode carregar em condições normais, enfrentando o sol a pino sob a linha do Equador.

* Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade do Amazonas.

Um grande incêndio na Biblioteca Pública do Amazonas durante a Segunda Guerra e o descaso pelos Arquivos Históricos completaram a obra de “apagamento” de tantos outros veículos impressos. Felizmente, mesmo que não se tenha coleções integrais, conseguem-se localizar exemplares esparsos dando conta de aspectos parciais da imprensa entre nós.

Em resposta à indagação do velho *Jornal do Comércio*, sobre o que mudou no jornalismo, lembramos – com base em estudos bem preliminares sobre as revistas *Redenção*, *Equador* e *A Selva*, editadas em Manaus, entre os anos de 1920 e 1940 – a emoção e o entusiasmo que foram ficando para trás, para dar lugar, em nossos dias, à informação unificada, fria, buscando um suposto distanciamento entre o fato e o repórter. Além da mania de ser igual, absolutamente igual, ao concorrente no que tange à narração dos fatos. Certamente, nesse processo, abandonou-se, de forma ostensiva, a preocupação com o estilo.

Se, por um lado, nesse período aconteceu o fantástico avanço tecnológico, proporcionando condições de produção massiva de informação, sobretudo impressa, o profissional foi ficando submetido a uma ditadura de horários industriais de “fechamento” das edições, sacrificando a coleta e o processamento da informação, que muitas vezes chega mal apurada e mal construída e, portanto, com a recepção comprometida.

Coroando esse círculo de mal entendidos no jornalismo, toda a tecnologia de reprodução a baixo custo e em velocidade inimaginável em outros tempos, o que se verifica, em alguns países como o Brasil, é que a circulação de jornais, apesar da explosão populacional, permaneceu em níveis irrisórios, como demonstra a insuspeita pesquisa realizada pela Consultoria Mc Kinsey, a pedido da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Divulgada no início de 2001 revelou que: entre os anos de 1996 e 2000, a circulação de suas folhas aumentou de seis milhões e 500 para sete milhões e 900, o que na verdade é mais motivo para chorar do que para rir de felicidade, diante da constatação de que ainda estamos longe de atingir os índices de circulação dos jornais norte-americanos no século XIX. Ao mesmo tempo, temos um dos menores índices de leitores do mundo e estamos bem atrás de países como Venezuela, Peru, Argentina, México e Cuba, de acordo com dados da Unesco.

Uma velha história

Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*, situando os primeiros anos da colonização portuguesa em contraposição à colonização espanhola, traça um quadro sombrio da imprensa entre nós:

“Igualmente surpreendente é o contraste entre as Américas Espanhola e Portuguesa no que respeita à introdução de outro importante instrumento de cultura: a imprensa. Sabe-se que, já em 1535, se imprimiam livros na Cidade do México e que quatro anos mais tarde se instalava ali a oficina do lombardo Giovanni Paoli ou Juan Pablos, agente do impressor alemão João Gronberger, de Sevilha. Da Nova Espanha a arte tipográfica é levada, ainda em fins do século XVI para Lima, datando de 1584 a autorização para se estabelecer oficina impressora na capital peruana” (p.170-171).

E prossegue:

“Em todas as principais cidades da América Espanhola existiam estabelecimentos gráficos por volta de 1747, o ano em que aparece no Rio de Janeiro, para logo depois ser fechada, por ordem real, a oficina de Antonio Isidoro da Fonseca.” Já no século XIX, quando se introduziu a imprensa no Brasil com a vinda da Corte Portuguesa, o número de obras dadas à estampa, só na cidade do México, já eram 8.979, informa o autor, que acrescenta: “Não é de admirar se, já em fins do século XVIII, se inicia ali a imprensa periódica americana com a publicação, a partir do ano de 1671, da primeira *Gaceta*, que saiu da loja de Bernardo Calderón. (...) Posto que menos considerável do que a do México, a bibliografia limenha é, ainda assim, digna de registro. Medina pode assinalar, conhecidos *de viso* ou através de referências fidedignas, 3.948 títulos de obras saídas das oficinas da capital peruana entre os anos de 1584 e 1824.”

Rápido passeio sobre a imprensa colonial nos Estados Unidos mostra um dinamismo bem mais acelerado que aquele verificado na América Espanhola e, por conseguinte, totalmente diferente do colonialismo português no Brasil. Apesar dos percalços com a primeira experiência da *Publick Occurrences*, abortado no segundo número (em 1690), a partir de 1704 começam a surgir periódicos, a ponto de em 1775 existirem 37, com tiragem média de 3.500 exemplares. E com o processo revolucionário da independência triunfou a noção de liberdade de imprensa, com a primeira emenda à Constituição, de 1787, estipulando que “o Congresso não fará qualquer lei tendente a limitar a liberdade de palavra, ou a de imprensa.”

Burbage, Cazemajou e Kaspi¹, três franceses que estudaram a imprensa norte-americana se perguntaram se esta vitória da liberdade de imprensa poderia ser explicável pela força das tradições anglo-saxônicas. No entanto, perceberam que, embora bastante liberal, o regime de imprensa na Inglaterra tem conhecido limitações. Preferiram levar em conta dois outros fatores: a extensão territorial, tal como no Brasil, mas onde o poder federal, inicialmente por não dispor de meios para exercer o controle e, principalmente pela idéia de federalismo, foi deixando essa fiscalização para os Estados, que, por sua vez, delegavam às comunidades locais. Lembram também que parte da tolerância vinha da necessidade de novos braços, portanto, de imigrantes de todas as origens, de todas as profissões, de todas as opiniões. Além disso, segundo os três autores mencionados, o individualismo dos pioneiros do Oeste não faz mais do que reforçar essa tendência.

Por fim, uma outra explicação que se ajusta à primeira: a imprensa americana escolheu, no século XIX, o caminho da informação dita objetiva e, dentro desse pragmatismo, a idéia de liberdade para se dizer a verdade forjou uma cidadania, traduzida em leitores. Para que se tenha idéia dessa dimensão: no Brasil, após a Independência, os jornais tinham circulação restrita – numa sociedade escravocrata e analfabeta, atingindo grupos privilegiados de assinantes –, em 1850 os Estados Unidos contavam com 254 jornais, com tiragem 758 mil exemplares, chegando à primeira década do século XX com mais de 24 milhões de exemplares circulando pelo país (*Id.* p.33).

O resgate do que sobrou

No mês de abril de 2001, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, realizou-se a sessão de trabalho para a instalação da Rede Alfredo de Carvalho, destinada a levar adiante o projeto “Brasil, Imprensa, 200 Anos” que, até 2008, pretende incentivar pesquisadores, sobretudo das áreas de Comunicação e História, a realizar pesquisas que tenham por objetivo mostrar as origens e o desenvolvimento da imprensa em nosso país. A referência a Alfredo de Carvalho deve-se ao autor da primeira tentativa de mapeamento da imprensa no Brasil, há quase 100 anos, quando as condições de comunicação eram ainda bastante precárias e as próprias metodologias, incipientes.

O projeto “Brasil, Imprensa, 200 Anos”, uma iniciativa da Cátedra Unesco/UMESP de Comunicação e da Cátedra Fenaj/UFSC de Jornalismo, está desenvolvendo ações públicas destinadas a comemorar os 200 anos de implantação da imprensa, em nosso país, em 13 de maio de 2008. Com o lançamento do projeto, pretende-se estimular iniciativas capazes de proporcionar o surgimento de pesquisas e também de converter a imprensa em instrumento civilizatório, conforme consta do documento “Preservando a Memória e Construindo a História da Imprensa no Brasil”, elaborado pelo Prof. Dr. José Marques de Melo, titular da Cátedra Unesco: “trata-se de socializar seus benefícios culturais para toda a sociedade e não apenas para as elites, como vem ocorrendo historicamente nos dois primeiros séculos de sua existência em território nacional. “À sessão pública, realizada na sede da ABI, estiveram presentes representantes de universidades, órgãos de pesquisa, de Institutos Históricos e Geográficos, além de pesquisadores independentes.

Infelizmente, a pesquisa no campo da história da imprensa no Amazonas, sobretudo no curso de Jornalismo, ainda desperta muito pouco interesse, apesar de se ter acumulado, nos últimos 15 anos, com a introdução da obrigatoriedade de monografia de final de curso, um grande arsenal de novos conhecimentos sobre a mídia no Estado. Um dos poucos estudos existentes é o “Catálogo Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)”, realizado pelos professores Francisco Jorge dos Santos, Geraldo Sá Peixoto Pinheiro, Luiz Bitton Telles da Rocha, Patrícia Maria Melo Sampaio e Vânia Maria Nóvoa Tadros, sob a coordenação do professor José Ribamar Bessa Freire, cuja edição aconteceu em 1990.

As revistas de Clóvis Barbosa

Tendo participado do lançamento do Projeto “Brasil, Imprensa, 200 Anos” a convite do titular da Cátedra Unesco, e diante de uma realidade em que centenas de publicações estão por ser estudadas, algumas perdidas, outras em processo de destruição pelo tempo, pareceu-nos estimulante iniciar um projeto multidisciplinar capaz de lançar diferentes olhares sobre as três revistas idealizadas, organizadas e dirigidas pelo paraibano Clóvis Barbosa, em Manaus, entre as décadas de 1920 e 1940. As publicações possuíam algumas características importantes, como a preocupação por revelar a Amazônia e seus valores intelectuais, pela qualidade dos textos e

das colaborações nelas inseridas e pela própria qualidade editorial e gráfica, ressaltados os limites de época.

Como ponto inicial dessa nova tentativa de resgate histórico da Imprensa no Amazonas, venho realizando um estudo de caso das publicações de Clóvis Barbosa (1904-1989), que exerceram vital importância na vida cultural e jornalística da região no período entre 1925 e 1940. Com o tempo, no âmbito da graduação e pós-graduação da Universidade do Amazonas, pretende-se motivar mais pesquisadores a elucidarem aspectos outros da imprensa na região, de forma que possamos contribuir para o mapeamento da imprensa brasileira a partir do ambiente em que vivemos.

A primeira delas chamou-se *Redenção* e tivemos acesso a uma coleção encadernada, que pertenceu ao próprio diretor, embora a dita coleção já comece pelo número VII, impresso em maio de 1925. Logo abaixo do nome da publicação vem escrito: “Resenha mensal de propaganda do Estado do Amazonas, anno I.” Na página dois, no local reservado para o expediente, ela é definida como: “Revista Política, Litterária, Econômica, Social e Commercial”. E traz um aviso curioso, dando idéia de receptividade dos números anteriores: “Temos recebido, de todo o paiz, especialmente do Pará, enorme pedido de assignaturas de *Redenção*, a começar do primeiro número. Não podemos mais attendel-os, em virtude do esgotamento completo de todas as edições, até agora publicadas. Só aceitamos assignaturas que comecem do sétimo número.” Um pouco abaixo, em corpo maior, o seguinte aviso: “Compra-se, nesta redação, a bom preço, o terceiro numero de *Redenção*”.

Essa coleção encadernada se estende até o ano III, número XII, impressa no natal de 1926. Pelas informações que se tem, *Redenção* circulou até 1927 e foi ressuscitada no período 1931-1932. Impressa no tamanho 30,5 x 22, alternando-se o papel couchê para as páginas de artigos e informações, e papel jornal, em algumas edições, para as de anúncio publicitário.

O nome *Redenção* veio das movimentações político-revolucionárias em que esteve envolvido o seu jovem idealizador, em 1924, no bojo dos movimentos tenentistas eclodidos Brasil afora. O tenente Ribeiro Júnior expulsou do governo do Amazonas a oligarquia corrupta de Rego Monteiro e estabeleceu um governo popular, com duração de pouco mais de 30 dias. Entre os participantes desse

movimento militar, com maciço apoio popular, estava um jovem civil: Clóvis Barbosa – então com 21 anos, recém-formado pela Escola Normal do Amazonas –, que se tornou um dos mais panfletários articulistas do *Jornal do Povo*, porta-voz do que então se chamava de “revolução redentora”. A Revolução de Ribeiro Júnior ganhou contornos perigosos para as elites, pois seqüestrou os bens dos poucos milionários da cidade para serem leiloados. O resultado foi distribuído entre a população miserável e para o pagamento de funcionários públicos com salários atrasados (em função da crise econômica pela qual passava a região depois da *debacle* da borracha). É sintomático do clima político agitado o artigo de primeira página do nº 26 do *Jornal do Povo*, que se denomina “Orgam Reivindicador das Liberdades Nacionais”, assinado por Clóvis Barbosa: “Contentes e descontentes - Abaixo os medalhões”.

Sufocada a revolução, Clóvis Barbosa partiu para sua revista *Redenção*, estabelecendo novo caminho de jornalista e editor: enquanto a preocupação com a política diminuiu, nos anos seguintes, ganhou destaque, daí por diante, a ênfase na cultura, buscando aproximação com os jovens modernistas de 1922, sem abandonar o forte vínculo com a tradição intelectual local.

Em 1929, saiu o único número, em formato de livro, da revista *Equador* (impressa no tamanho 21 x 13,4), que se propunha a ser um “Panorama Literário do Norte de Hoje”, com grande repercussão dentro e fora do Estado.

Encerrado o ciclo de *Redenção*, com a tentativa de sua segunda fase, entre 1931-32, Clóvis Barbosa se lançou em novo projeto editorial: *A Selva*, mensário em formato tablóide (42,5 x 31,5), destinado a veicular “Atualidades, Política, Letras, Problemas Sociais”, que circulou de setembro de 1937 até o final de 1938, transitando por suas páginas intelectuais como Mário de Andrade, Gastão Cruls, Jorge Amado, Gilberto Osório de Andrade, Francisco Galvão, Jorge Andrade, Tristão de Athayde, Cândido Mendes de Almeida, Viana Moog, Dalcídio Jurandir, Nunes Pereira, Mauro Mota, Raul Bopp e Abgvar Bastos, além de intelectuais da região, que se tornaram conhecidos posteriormente, como Francisco Pereira da Silva, Álvaro Maia, Raymundo Moraes, Agnelo Bittencourt, Violeta Branca, Ramayana de Chevallier, Raimundo Nonato Pinheiro, André Araújo, Araújo Lima, Benjamin Lima, Péricles Moraes, entre outros.

As publicações de Clóvis Barbosa, refletindo momento de grande efervescência cultural e política em diversas outras regiões do Brasil, são contemporâneas de revistas como *Verde*, de Cataguazes, que circulou entre 1927 e 1929; *Revista de Antropofagia* (1928-1929) e *O Homem do Povo* (1931, dirigida por Oswald e Pagu). Em *A Selva*, está presente, sobretudo, a homenagem ao escritor português Ferreira de Castro, que produziu o romance clássico homônimo e viveu em seringal do Amazonas, durante sua juventude, no período da borracha.

Posteriormente, já no Rio de Janeiro, Clóvis Barbosa atuou editando cadernos com ensaios de intérpretes da Amazônia, junto ao serviço de documentação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), encerrando, assim, sua trajetória de jornalista e editor, voltada obsessivamente para a divulgação da Amazônia, com estilo muito vigoroso e acurado sentido estético.

Este é o perfil, sucinto, da vida e obra deste grande jornalista e editor, que diante dos poucos estudos existentes sobre a História da Imprensa, fora do eixo Rio-São Paulo, acabam por deixar no esquecimento iniciativas de interesse histórico, cultural, social e econômico das demais regiões.

Chamam a atenção, em *Redenção*, *Equador* e *A Selva*, os cuidados gráficos e editoriais, e alguns eixos, que precisam ser observados, descritos e estudados, como: 1) os “reclames”, ou anúncios publicitários, com o potencial de mostrarem os serviços e produtos oferecidos, assim como a linguagem empregada; 2) a preocupação com a qualidade do texto do conjunto das publicações; 3) a utilização de fotografias, então chamadas “clichês”, apontando tendências gestuais características para homens, mulheres e crianças nas notas sociais; 4) as primeiras tentativas do fotojornalismo, assim como de jornalismo investigativo, sobretudo quando é abordado, numa edição inteira de *Redenção*, em 1926, um trágico naufrágio no rio Solimões; 5) os textos editoriais das revistas e como elas se apresentam ao público; 6) os textos dos colaboradores locais e nacionais; 7) os gêneros jornalísticos e literários presentes – crítica, poesia, reportagem, ensaio, etc; 8) por fim, o próprio estilo viperino e mordaz de Clóvis Barbosa, em seus editoriais, crônicas e textos diversos.

À guisa de hipótese

Observações preliminares já indicam, como mencionamos no início desse texto, que a mudança essencial aconteceu no novo lugar que o jornalismo-mercadoria reservou para o jornalista, ou seja, o de burocrata que precisa fingir não ter coração e mente para sentir e para explicar os fatos, dado o medo de não ser “neutro” diante dos absurdos da vida cotidiana

Por outro lado, as pesquisas por amostra de domicílio do IBGE já constataram, em diversas oportunidades, que se não lemos tantos jornais, considerados detentores de maior credibilidade, temos índices que extrapolam os 80% com relação à presença de um aparelho de televisão em cada residência. Acrescente-se que mais residências têm aparelho de televisão, e não têm geladeira, e muito menos um filtro de água – um indispensável filtro de água.

Aqui o problema ganha a dramaticidade da concentração do poder televisivo nas mãos de quatro grandes redes nacionais, com o predomínio da Rede Globo, além de uma perversa teia de afiliadas, pertencentes a grupos políticos exercendo mandatos², que mereceu recente editorial do jornal *Folha de S. Paulo*:

“(...) uma em cada quatro concessões comerciais de emissoras de televisão no Brasil está nas mãos de políticos. Há regiões em que um grupo – ou integrantes de uma só família – detêm o virtual monopólio dessas geradoras. São corriqueiros casos em que esse poder é usado a favor dos interesses políticos-eleitorais do concessionário. E o pior é que, em sua maioria, esses políticos obtiveram o direito à custa de relações clientelistas que mantiveram com o governo federal. É evidente que uma relação como essa não favorece a democracia. A transmissão de imagens em TV aberta é limitada tecnicamente, o que dificulta a livre concorrência no setor.”³

Segundo a jornalista Elvira Lobato,

“Nos Estados Unidos, um mesmo grupo empresarial não pode ter jornal e TV aberta na mesma localidade nem acumular a propriedade de TV aberta e TV paga na mesma área. Não há impedimento para a propriedade cruzada de meios de comunicação no Brasil. A rede Globo, por exemplo, tem cerca de 50% da audiência e 75% da verba publicitária na TV aberta e 63% dos assinantes do serviço de TV por assinatura”.⁴

Quando se observa o predomínio de grupos econômicos anti-sociais e voltados exclusivamente para o lucro, estabelecendo-se, portanto, o clima do discurso único, pode-se, com toda certeza, pensar sobre o que disse Sérgio Buarque de Holanda para definir o quadro de uma outra época, a da dominação portuguesa, como capaz de iluminar muito do que ainda vivemos hoje: “os entraves ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil, pela administração lusitana, fazia parte do firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio” (p.171-172).

Tantos fatos e tantas situações começam pela histórica exclusão da população do círculo de leituras e passam pela manutenção de tal quadro, mesmo quando se anuncia que os índices de analfabetismo já diminuiram sensivelmente, diante das sucessivas investidas no campo da educação popular. Por fim, uma desconfiança, mais que uma hipótese: será que o grande jornalismo atual vem contemplando a multiplicidade de interesses sociais e de classe da população brasileira?

Nem tudo está perdido, porém, quando se observa experiências como a de *Caros Amigos*, praticando um jornalismo investigativo que não teme a interpretação dos fatos, e a do *Jornal Pessoal*, de Lúcio Flávio Pinto, de Belém, que se mantém há cerca de 13 anos, desde quando esse corajoso profissional percebeu que o espaço da grande imprensa paraense estava se fechando para suas denúncias e análises.

Notas

¹ Burbage, R, J. Cazemanjou e Kaspi, A. Os meios de comunicação nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1973, p.17-35.

² LOBATO, Elvira. “Políticos controlam 24% das TVs do país”. Folha de S. Paulo, 06/08/01.

³ “Poder eletrônico”. Editorial do jornal Folha de S. Paulo, 07/08/01.

⁴ LOBATO, Elvira. “Grupos criticam projeto de nova lei para radiodifusão”. Folha de S. Paulo, 24/08/01, p.A9.